

PROTOCOLO

ENTRE

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

E

A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Considerando que:

O acesso ao direito e aos tribunais é um direito fundamental que tem desde sempre merecido uma atenção por parte dos Órgãos de Soberania;

O Ministério da Justiça iniciou uma nova política de administração de justiça, que responderá mais eficazmente as necessidades da sociedade, visando uma justiça mais célere e próxima dos cidadãos, por forma a permitir a tutela efectiva dos seus direitos,

A Constituição da República Portuguesa prevê a figura dos Julgados de Paz e a sua organização e funcionamento encontram-se regulados pela Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho,

Os Julgados de Paz vem permitir uma justiça mais próxima dos cidadãos, mais participativa e aberta;

Este projecto inovador e experimental se vai iniciar em Janeiro de 2002 nos Municípios de Lisboa, de Oliveira do Bairro, do Seixal e de Vila Nova de Gaia.

É imperiosa a efectivação de uma parceria de todas as entidades intervenientes, a nível central e nível local, por forma a serem atingidos os objectivos;

A circunscrição territorial definida para a instalação destes Julgados de Paz, sua organização e funcionamento, irá exigir uma estreita colaboração do Poder Local;

O êxito deste projecto, bem como o seu posterior desenvolvimento no conjunto de todo o território nacional, dependerá da participação dos Municípios e

Freguesias que, mais conhecedores e próximos das necessidades das populações, poderão prosseguir melhor os seus objectivos e, nomeadamente, resolver os litígios que as opõem pela concertação das partes;

O Ministério da Justiça, adiante designado por MJ representado pelo Ministro da Justiça, António Costa, e a Câmara Municipal de Lisboa, adiante designada por CML, representados pelo seu Presidente, João

Barroso Soares, celebram o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

O presente protocolo tem como objecto a instalação, a organização e o funcionamento do Julgado de Paz do Município de Lisboa, que abrange as Freguesias de Benfica, Carnide e Lumiar, o qual fica sediado na Rua Professor Vieira de Almeida, n.º 3-Loja, em Telheiras, Lisboa.

SEGUNDA

Ao MJ, através da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, compete:

- a) Dar provimento aos Juízes de Paz;
- b) Elaborar e actualizar a lista dos Mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos Juízes de Paz;
- d) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos Mediadores;
- e) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do Julgado de Paz;
- f) Promover a formação dos meios humanos que integrarem os Serviços de Atendimento e Apoio Administrativo do Julgado de Paz;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz;
- h) Proceder ao acompanhamento a avaliação do projecto experimental, através de sessões de trabalho temáticas e de formação em serviço;
- i) Proceder a divulgação do Julgado de Paz.

TERCEIRA

Compete à CML:

Disponibilizar, gratuitamente, as instalações sitas na Rua Professor Vieira de Almeida n.º 3-Loja, em Telheiras, Lisboa, para funcionamento do Julgado de Paz, compreendendo designadamente:

- Sala de Audiência;
 - Gabinete de Mediação;
 - Sala de Pré-mediação;
 - Sala de Testemunhas;
 - Sala de Espera;
 - Gabinete dos Juízes de Paz;
 - Gabinete dos Mediadores;
 - Sala de Apoio Administrativo;
 - Sala de Atendimento.
- a) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras das instalações, por forma a dotá-las de dignidade e privacidade, consentâneas com a utilização que delas será feita;
- b) Disponibilizar os meios humanos necessários para o Serviço de Atendimento e Apoio Administrativo, bem como suportar os encargos inerentes à sua contratação;
- c) Dotar as instalações de mobiliário, equipamento informático, água, electricidade, telefone e bens consumíveis, bem como suportar os inerentes encargos com a sua manutenção;
- d) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

1 - O Julgado de Paz é dotado de:

- a) 2 Juízes de Paz, em regime de turno;
- b) 2 Mediadores que assegurem o serviço de Pré-mediação, em regime de turno;
- c) 4 elementos no Serviço de Atendimento;
- d) 2 elementos no Serviço de Apoio Administrativo.

2 - Serão feitos eventuais ajustes ditados pelas necessidades de funcionamento do Julgado de Paz.

QUINTA

O horário de funcionamento do Julgado de Paz é das 10.00h às 21.00h de 2ª a 6ª feira e das 10.00h às 14.00h aos sábados.

SEXTA

A instalação e o funcionamento do Julgado de Paz são acompanhados pelo Conselho de Acompanhamento de acordo com o previsto no artigo 65º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho.

SÉTIMA

O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação.

OITAVA

As partes acordam em rever o presente Protocolo sempre que se verifiquem alterações de circunstância, decorrentes do efectivo funcionamento do Julgado de Paz ou de orientações e recomendações do Conselho de Acompanhamento.

Lisboa, aos 21 dias do mês de Novembro de 2001.

O MINISTRO DA JUSTIÇA



António Costa

O PRESIDENTE DA CÂMARA



João Barroso Soares